

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.222.744 - RS (2017/0324981-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : **ADOLFO JOSÉ BRITO**  
**AGRAVANTE** : **JULIANO BATISTA DE LIMA**  
**ADVOGADO** : **SOPHIE BILHERI SCHELL - RS049003**  
**AGRAVADO** : **ELSON LORENZONI**  
**AGRAVADO** : **JOAO CARLOS BORONI DE OLIVEIRA**  
**ADVOGADO** : **CLAUDIO LEITE PIMENTEL - RS019507**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por ADOLFO JOSÉ BRITO e JULIANO BATISTA DE LIMA em face de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, assim ementado:

*"AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CUMPRIMENTO.*

*Nos termos do art. 525, § do novo Código de Processo Civil, a apresentação da impugnação não impede a prática dos atos de execução,*

*sendo possível a eventual atribuição de efeito suspensivo apenas se relevantes os fundamentos da parte executada, bem como caso o prosseguimento possa acarretar grave dano ou incerta reparação, consoante já trazido pelo art. 475 - M, do anterior diploma processual pátrio. No caso, ausentes os requisitos, inexistente óbice para o prosseguimento do cumprimento provisório. Jurisprudência da Corte.*

*Conforme o art. 835, I, do aludido diploma processual pátrio, o dinheiro figura como primeiro item de preferência passível de constrição, razão pela qual impositiva a realização de penhora on tina. Precedentes deste Tribunal de Justiça.*

*O art. 1.331, § do Código Civil, não constitui nova modalidade de impenhorabilidade, sendo necessária a autorização da convenção de condomínio apenas para a alienação particular de vagas de estacionamento para terceiros, o que não atinge o eventual praxeamento advindo de penhora, consoante o entendimento da Corte.*

*Mostra-se plausível a recusa de bem ofertado pelo devedor quando a indicação além de não respeitar a ordem de preferência, ainda se refere à imóvel localizado em Comarca diversa daquela em que tramita a execução, não é de propriedade exclusiva do devedor e ainda pairam dúvidas acerca do seu real valor. Inteligência do art.*

# Superior Tribunal de Justiça

848, III, do novo Código de Processo Civil. Precedente deste Tribunal de Justiça.

*DERAM PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME." (fls. 1.136)*

Os embargos de declaração não foram apresentados.

Nas razões do recurso especial, os agravantes alegam violação dos arts. 525, §6º, e 805 do Código de Processo Civil, sustentando, em síntese: (a) a necessidade do efeito suspensivo da penhora *on line* em seu desfavor em virtude de prejuízo de difícil e incerta reparação, e (b) a violação do princípio da menor onerosidade porquanto há outros meios menos gravosos de promover a execução.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 1.236/1.245.

É o relatório.

Quanto às questões suscitadas no apelo nobre, o acórdão recorrido asseverou que

*"(...) embora a execução deva ocorrer da forma menos gravosa para o devedor, ela também deve levar em consideração os interesses do credor a fim de que a prestação judicial seja efetiva.*

*Nesta linha, o art. 835, do novo Código de Processo Civil, não só apresenta um rol de bens passíveis de constrição, como elenca a ordem de preferência na realização da penhora, sendo tal rol encabeçado pelo dinheiro em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira.*

*Desta forma, mesmo que os executados tenham ofertado bem imóvel, que inclusive é objeto de rejeição pelos credores, tem-se como impositiva a realização de penhora online nas contas dos devedores." (fls. 1.141)*

Nesse sentido, a Primeira Seção desta Corte, em recurso representativo de controvérsia (REsp. 1.184.765/PA, Rel. Min. LUIZ FUX, Dje 3.12.2010), seguindo orientação da Corte Especial deste STJ no julgamento do REsp. 1.112.943/MA, também realizado sob o rito do art. 543-C do CPC/1973 e da Resolução 8/STJ, julgado em 15.9.2010, da relatoria da ilustre Ministra NANCY ANDRIGHI, firmou entendimento de que o bloqueio de dinheiro ou aplicações financeiras, na vigência da Lei 11.382/2006, que alterou os arts. 655, I, e 655-A do CPC/1973, prescinde da comprovação, por parte do exequente, do esgotamento de todas as diligências possíveis para a localização de outros

# *Superior Tribunal de Justiça*

bens, antes do bloqueio eletrônico, porquanto os depósitos e as aplicações em instituições financeiras passaram a ser considerados bens preferenciais na ordem da penhora, equiparando-se a dinheiro em espécie (artigo 655, I do CPC/1973). (AgInt no AREsp 1378280/RJ, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 09/09/2019, DJe 13/09/2019).

Assim, tendo o Tribunal de origem decidido nos moldes da compreensão firmada por esta Corte, incide, na hipótese, o enunciado n. 83 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, *b*, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

Ministro **RAUL ARAÚJO**  
Relator